

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

## **Sistema Registro de Preços**

Lei 14.133/2021

### **Nº 96/2024**

**Objeto: Registro de Preço para Contratação de Empresa para confecção de uniformes para atender a Diretoria de Defesa Civil e Instituto de Previdência Municipal.**

## **ÍNDICE**

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6. DA FASE DE JULGAMENTO
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
8. DA ATA DE REGISTRO DE PEÇOS
9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DA DISPOSIÇÕES GERAIS

## **ANEXOS**

- I - Termo de Referência;
- II – Declaração de que não Emprega Menor de 18 Anos;
- III – Modelo de Proposta Comercial;
- IV – Declaração de que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargos;
- V – Declaração de Enquadramento de ME/EPP;
- VI – Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- VII - Declaração Assinada por Profissional Habilitado da Área Contábil, Que Ateste o Atendimento pelo Licitante dos Índices Econômicos Previstos Neste Edital;
- VIII - Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção;
- IX - Declaração que sua Proposta Econômica Compreendem a Integralidade dos Custos Art. 63 § 1º Da Lei 14.133/2021;
- X - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- XI – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da previdência social;
- XII - Declaração de Ausência de Vínculo Pregão Eletrônico em Questão;
- XIII - Declaração de Idoneidade desse Pregão Eletrônico;
- XIV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- XV – Minuta do Contrato;
- XVI – Termo de Ciência e Notificação;

**PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 96/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5411/2024**  
**TIPO: MENOR VALOR POR LOTE**  
**EXCLUSIVA ME/EPP**

Interessados:	Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba e Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
Modalidade da licitação:	Pregão
Forma:	Eletrônico
Tipo:	<b>Menor Preço</b>
Julgamento:	<b>Menor Valor por Lote</b>
Objeto:	Registro de Preço para Contratação de Empresa para confecção de uniformes para atender a Diretoria de Defesa Civil e Instituto de Previdência Municipal.
Responsável pela solicitação e contratação:	Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba e Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
Decreto da comissão de licitações:	Decreto Municipal nº 8390/2024; Decreto Municipal nº 8391/2024.
Pregoeiro:	Luiz Alberto Macedo Fagundes
Data da entrega/envio de proposta e documentos:	<b>13/02/2025 às 15:00hs ATÉ 26/02/2025 ÀS 12:00h</b>
Data da abertura e julgamento:	<b>26/02/2025</b>
Horário:	<b>14:30 horas (Horário de Brasília)</b>
Modo de Disputa	<b>ABERTO</b>
Local para a realização da sessão:	<a href="http://www.licitacaoubatuba.com.br">www.licitacaoubatuba.com.br</a>
Local onde está disponível o edital e anexos para consulta:	<a href="https://transparencia.ubatuba.sp.gov.br/licitacao/modalidades.php">https://transparencia.ubatuba.sp.gov.br/licitacao/modalidades.php</a>
Comunicação entre o órgão licitante e o público em geral:	Qualquer pedido de esclarecimentos, informações, impugnações ao instrumento convocatório, recursos e contrarrazões poderá ser formulada através da plataforma <a href="http://www.licitacaoubatuba.com.br">www.licitacaoubatuba.com.br</a>
Legislação aplicada:	Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis a presente licitação.
<b>Exclusividade ME/EPP/Equiparadas:</b>	<b>A licitação é exclusiva para empresas que estejam na condição de ME/EPP nos termos do Artigo 48, inciso I, da Lei complementar 123/2006.</b>
<b>Valor estimado</b>	<b>R\$ 50.496,40</b>

**O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA** torna público que se encontra aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2024 MENOR VALOR DO LOTE**, sendo o **tipo de encerramento no modo aberto**, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, Nos termos da Lei Federal nº14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº 8391/2024, da Lei Complementar Federal 123/06 e suas alterações, de demais normas pertinentes e, subsidiariamente, os Princípios Gerais de Direito, e ainda, em

conformidade com o despacho exarado pela Autoridade Competente nos autos do processo em epígrafe e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

**1.1. O objeto da presente licitação é a Registro de Preço para Contratação de Empresa para confecção de uniformes para atender a Diretoria de Defesa Civil e Instituto de Previdência Municipal.**

### LOTE 01 - BOMBETA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
1	30	UN	BOMBETA DEFESA CIVIL -TAMANHO UNICO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 45,00

### LOTE 02 – CALÇA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
2	10	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 40	R\$ 109,27
3	20	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 42	R\$ 109,27
4	20	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 44	R\$ 109,27
5	20	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 46	R\$ 109,27

### LOTE 03 – CAMISA E CAMISETA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
6	15	UN	CAMISA POLO MASCULINA DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$ 54,90
7	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$ 54,90
8	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETO	R\$ 54,90
9	3	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G1. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$ 54,90
10	3	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G2. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$ 54,90



11	4	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$ 54,90
12	4	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETO	R\$ 54,90
13	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$ 54,90
14	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETO	R\$ 54,90
15	30	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$ 54,90
16	20	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$ 54,90
17	25	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$ 54,90
18	10	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$ 54,90
19	30	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$ 54,90
20	10	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$ 54,90
21	10	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$ 54,90
22	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G . COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
23	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
24	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
25	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
26	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
27	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
28	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
29	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00





30	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
31	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
32	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
33	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
34	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
35	4	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
36	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETAS, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
37	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
38	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
39	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
40	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETAS, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
41	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
42	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
43	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER	R\$ 50,00





			E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	
44	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETAS, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
45	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
46	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
47	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
48	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
49	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
50	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
51	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
52	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
53	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
54	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
55	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$ 50,00
56	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR:	R\$ 50,00





			PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	
57	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$ 50,00
58	30	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$ 27,00
59	20	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$ 27,00
60	15	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$ 27,00
61	10	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$ 27,00
62	30	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$ 27,00
63	20	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$ 27,00
64	15	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$ 27,00
65	10	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$ 27,00

**LOTE 04 – CAPA DE CHUVA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
66	20	UN	CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO- DEFESA CIVIL TAMANHO G DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 214,00
67	15	UN	CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO- DEFESA CIVIL TAMANHO GG DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 214,00
68	15	UN	CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO- DEFESA CIVIL TAMANHO M DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 214,00

**LOTE 05 – COLETE DA DEFESA CIVIL**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
69	15	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO G DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 99,54
70	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO GG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 99,54
71	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO M DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 99,54
72	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO P DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 99,54
73	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO XGG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 99,54

**LOTE 06 – JAQUETA DA DEFESA CIVIL**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
74	20	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO G DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 153,00
75	15	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO GG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 153,00
76	15	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO M DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 153,00
77	10	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO XGG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 153,00

**1.2. A presente licitação será destinada, exclusivamente, a participação de empresas enquadradas como ME/EPP, em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei complementar n° 123/2006.**

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

### 2.1. Das Definições:

- sistema de registro de preços -SRP** - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;
- ata de registro de preços** - documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;
- órgão ou entidade gerenciadora** - órgão ou entidade da Administração Pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
- órgão ou entidade participante** - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;
- órgão ou entidade não participante** - órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**3.2.** O credenciamento é a condição para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal

e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico, por meio do site obtida no site [www.licitacaoubatuba.com.br](http://www.licitacaoubatuba.com.br).

**3.2.1.** Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada;

**3.2.2.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Empresa licitante;

**3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**3.8.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.8.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.8.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.9.** O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12.** O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**3.14.** A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.15.** Nos casos de vedação de participação de pessoas jurídicas em consórcio a contratante deverá apresentar as justificativas da vedação.

**3.16.** Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

**3.16.1.** A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio

**3.16.2.** Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital

**3.16.3** A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

**3.16.4.** Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

**3.16.5.** Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

**3.16.6.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 3.3.3 "a", que deverá prever:

**3.16.6.1.** Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

**3.16.6.2.** Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

**3.16.6.3.** Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;

**3.16.6.4.** Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;

**3.16.6.5.** Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

**3.16.6.6.** Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

**3.16.7.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**3.17. Para todos os LOTES a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

**3.17.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.7.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.7.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.7.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.8.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.8.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.8.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

**5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;

**5.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do lote**;

**5.5.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**5.5.3.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**5.5.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

**5.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**5.8.** A etapa de lances da sessão pública será do modo **ABERTO**, conforme Art. 56, inc.I da Lei Federal 14.133/2021;

- 5.8.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 5.8.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem 5.8.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 5.8.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens 5.8.1 e 5.8.2, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 5.8.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, conforme os subitens 5.8.1. e 5.8.2, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 5.8.5.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença entre esta e a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações (§4º do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 5.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.2** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.3** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.5.
- 5.10** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.
- 5.11** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.12** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 5.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **VEDADA** a identificação do licitante;
- 5.14** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 5.15** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e

quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.16** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.17** Em relação ao critério de desempate para microempresas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#);

**5.18** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.21** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.22** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.23** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.24** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.25** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.26** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.27** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.28** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.29** Empresas brasileiras;

**5.30** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.31** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.32** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.32.1** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**5.33** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.34** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.35** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.36** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.37** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.38** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**6.2.1.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**6.2.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.3.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

**6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1.** conter vícios insanáveis;

**6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 6.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12.** A empresa vencedora deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis após o encerramento da Sessão de Pregão, 1 (UMA) AMOSTRA de cada item vencido constante no Termo de Referência, para análise técnica. O local da apresentação dos itens é na Secretaria Municipal de Administração, situada na Rua Dona Maria Alves, nº 865 - centro - Ubatuba/SP. Tal amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da empresa, marca e o número do item correspondente.
- 6.13.** O critério de análise das amostras ficará adstrita ao atendimento às especificações constantes no Termo de Referência, bem como a verificação da qualidade e especificações constantes na proposta comercial com as marcas apresentadas na amostra.
- 6.14.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.15.** No caso de não houver entrega das **AMOSTRAS** ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega das **AMOSTRAS** fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos neste Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.** Os documentos de Habilitação, deverão ser inseridos na plataforma pelo(s) licitante(s) vencedor(es), após a fase de lances e aceitação de preços. A solicitação para a inserção dos documentos será realizada via chat pelo Agente de Contratação, para que o licitante a faça no prazo a ser informado. A critério do Agente de Contratação, desde que haja manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial, o prazo poderá ser prorrogado.

**7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**7.7.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.8.** A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.8.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.9.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**7.9.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.9.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.10.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.11.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.12.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.13.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)), no entanto as empresas enquadradas nesse quesito deverão apresentar suas certidões de regularidade mesmo que apresentem restrições ou estejam vencidas.

**7.14.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**7.15.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**7.16. DA REGULARIDADE JURÍDICA** a ser apresentada:

**7.16.1.** Habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

**7.16.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual – Constituição e última alteração quando houver;

**7.16.3.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da última alteração, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, além do estatuto e alterações subsequentes, a licitante deverá apresentar a documentação relativa à eleição de seus administradores;

**7.16.4.** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício;

**7.16.5.** Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir

**7.17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a ser apresentada:

**7.17.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, observado o limite de 50% preconizado pelo §2º do artigo 67 da Lei 14.133/21, comprovação essa que será atendida por atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais).

**7.17.2.** Para comprovação da qualificação técnica o licitante deverá apresentar: Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove(m), haver fornecido ou estar fornecendo materiais com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, que deverão atestar a inexistência de qualquer fato desabonador em relação ao licitante, devidamente registrados na entidade profissional competente, ficando reservada a Diretoria de Trânsito o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

**7.18. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**7.18.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto do certame, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;

**7.18.2.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação.

**7.18.3.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;

**7.18.4.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;

**7.18.5.** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;

**7.18.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br); [www.csjt.jus.br](http://www.csjt.jus.br) ou [www.trt2.jus.br](http://www.trt2.jus.br)), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;

**7.18.7.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**; (aplicação por analogia do inciso I do Art. 29 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993);

**7.18.8. Declaração que Não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

## **7.19. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**7.19.1.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou balanço de abertura para empresas constituídas no exercício financeiro da licitação, como substituição aos demonstrativos contábeis;

**7.19.2.** O Balanço Patrimonial e as demonstrações Contábeis, bem como o Balanço de Abertura (para o caso de empresas recém constituídas), deverão estar devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro competente da sede ou domicílio da licitante, assinados por profissional de contabilidade inscrito no CRC, acompanhados de cópias autenticadas dos Termos de Abertura e encerramento do Livro Diário do qual foram extraídos (cf. artigo 5º, §2º, do Decreto Lei 486/69);

**7.19.3.** As empresas que utilizam a escrituração contábil digital deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento (relatório gerado pelo SPED), Recibo de Entrega do Livro Digital na Receita Federal e Termo de Autenticação da Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**7.19.4.** Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 (Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) não estão dispensadas da apresentação de Balanço Patrimonial;

**7.19.5.** Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, salvo para o caso de a licitante apresentar Certidão Positiva de Recuperação Judicial, com a demonstração de Plano de Recuperação, homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar a sua viabilidade econômico-financeiras estabelecidas no Edital;

**7.19.6.** Apresentação de documento que demonstre a boa situação financeira atualizada, assinada pelo representante legal da empresa, comprovando que a licitante dispõe de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 01 (um inteiro); em caso da licitante apresentar os de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores ou igual 1 (um inteiro). Os cálculos dos índices deverão ser efetuados de acordo com a fórmula seguinte:

**LG -  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$**

**SG -  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$**

**LC - Ativo Circulante  
Passivo Circulante**

**7.19.7.** O valor total estimado do presente Pregão Eletrônico é de **R\$ 50.496,40 (CINQUENTA MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)** sendo os valores estimados dos unitários de cada item definidos no Termo de Referência (Anexo 1). Fonte: 01 – TESOURO.

**7.20. OUTRAS DECLARAÇÕES**

**7.20.1.** Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.20.2.** Declaração que Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**7.20.3.** Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.20.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.20.5.** *Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação – ANEXO VI;*

**7.20.6.** *Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção – ANEXO VII;*

**7.20.7.** *Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos – ANEXO VIII;*

**7.20.8.** Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – ANEXO IX;

**7.20.9.** *Declaração De Inexistência De Vínculo ao Pregão Eletrônico Nº 05/2024 ANEXO X;*

**7.20.10.** *Declaração de Idoneidade desse Pregão Eletrônico – ANEXO XI*

**8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **ATÉ 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**8.3.** A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e será disponibilizada no sistema de registro de preços.

**8.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**8.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**8.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**8.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 9.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 9.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**9.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

- 9.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 9.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**9.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 9.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 9.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**9.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**9.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**9.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição;

**9.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

**10.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.ubatuba.sp.gov.br/licitacao/modalidades.php>.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**11.1.5.** fraudar a licitação

**11.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**11.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**11.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1.** advertência;

**11.2.2.** multa;

**11.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

- 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma [www.licitacaoubatuba.com.br](http://www.licitacaoubatuba.com.br)

**12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.ubatuba.sp.gov.br/licitacao/modalidades>

**13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1.** ANEXO I - *Termo de Referência;*
- 13.11.2.** ANEXO II – *Declaração de que não Emprega Menor de 18 Anos;*
- 13.11.3.** ANEXO III – *Declaração que sua Proposta Econômica Compreendem a Integralidade dos Custos;*
- 13.11.4.** ANEXO IV – *Declaração de que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargos;*
- 13.11.5.** ANEXO V – *Declaração de Enquadramento de ME/EPP;*
- 13.11.6.** ANEXO VI – *Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;*
- 13.11.7.** ANEXO VII - *Declaração Assinada por Profissional Habilitado da Área Contábil, Que Ateste o Atendimento pelo Licitante dos Índices Econômicos Previstos Neste Edital;*
- 13.11.8.** ANEXO VIII - *Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção;*
- 13.11.9.** ANEXO IX - *Declaração que sua Proposta Econômica Compreendem a Integralidade dos Custos Art. 62 § 1º Da Lei 14.133/2021;*
- 13.11.10.** ANEXO X - *Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;*
- 13.11.11.** ANEXO XI – *Declaração de que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargos;*
- 13.11.12.** ANEXO XII - *Declaração de Idoneidade desse Pregão Eletrônico;*
- 13.11.13.** ANEXO XIII – *Minuta da Ata de Registro de Preços;*
- 13.11.14.** ANEXO XIV – *Minuta do Contrato.*
- 13.11.15.** ANEXO XV – *Terno de Ciência e Notificação*

**Ubatuba, 12 de Fevereiro de 2025**

---

**ALEXANDRE NAPOLI**  
Secretário Municipal de Segurança  
Pública e Defesa Social

---

**ANNIBAL JOSÉ BASTOS PEREIRA**  
Secretário Adjunto de Segurança  
Pública e Defesa Social

---

**SIRLEIDE DA SILVA**  
Presidente do Instituto de Previdência  
Municipal de Ubatuba

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELA SECRETARIA**

**A - TERMO DE REFERÊNCIA - CONFECCÃO DE VESTUÁRIO (UNIFORMES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA DE DEFESA CIVIL**

**1. OBJETIVO**

Constitui objeto deste viabilizar a contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência de forma a melhor atender às necessidades da **DIRETORIA DE DEFESA CIVIL**. A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica dos Serviços de Contratação de empresa especializada para confecção de **VESTUÁRIO (UNIFORMES)** para atender as necessidades da Diretoria de Defesa Civil bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

**2. JUSTIFICATIVA:**

O presente termo visa a aquisição de **VESTUÁRIO (UNIFORMES)** pelo período de (12) doze meses na forma de "**REGISTRO DE PREÇO**" para atender as necessidades da Diretoria de Defesa Civil. Considerando que a Diretoria Defesa Civil estará convocando os servidores aprovados em concurso público. Desta forma se fazendo necessário à aquisição contratação e para o bom andamento desta, visando a padronização e identificação dos mesmos, possibilitando aos cidadãos uma rápida e clara identificação contribuindo para ao atendimento aos munícipes, bem como no desenvolvimento de suas funções laborais.

**3. DOS ITENS E QUANTIDADES**

Tendo como objeto deste a contratação de empresa especializada para confecção de vestuário (uniformes) pelo período de (12) doze meses para atender as necessidades da **Diretoria de Defesa Civil** bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

**LOTE CAMISAS E CAMISETAS**

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
UN	30	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G
UN	20	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG
UN	25	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M
UN	10	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG
UN	30	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G
UN	20	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG



UN	10	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M
UN	15	<b>CAMISA</b> CAMISA POLO DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG
UN	30	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G
UN	20	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG
UN	15	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M
UN	10	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG
UN	10	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G
UN	30	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG
UN	20	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M
UN	15	<b>CAMISETA</b> CAMISETA MANGA CURTA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL MARINHO DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG

**LOTE CALÇAS**

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
UN	20	<b>CALÇA</b> CALÇA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 42
UN	20	<b>CALÇA</b> CALÇA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 44
UN	20	<b>CALÇA</b> CALÇA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 46
UN	10	<b>CALÇA</b> CALÇA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 40

**LOTE CAPA DE CHUVA**

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
UN	20	<b>CAPA DE CHUVA</b> CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO- DEFESA CIVIL TAMANHO G DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA
UN	15	<b>CAPA DE CHUVA</b> CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO- DEFESA CIVIL TAMANHO GG DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA
UN	15	<b>CAPA DE CHUVA</b>



		CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO- DEFESA CIVIL TAMANHO M DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------

#### LOTE COLETE

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
UN	15	<b>COLETE</b> COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO G DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	10	<b>COLETE</b> COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO GG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	10	<b>COLETE</b> COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO XGG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	10	<b>COLETE</b> COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO M DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	10	<b>COLETE</b> COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO P DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA

#### LOTE JAQUETA

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
UN	20	<b>JAQUETA</b> JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO G DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	15	<b>JAQUETA</b> JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO GG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	15	<b>JAQUETA</b> JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO M DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA
UN	15	<b>JAQUETA</b> JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO XGG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA

#### LOTE BOMBETA

UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
UN	30	<b>BOMBETA DEFESA CIVIL</b> -TAMANHO UNICO COM TERMO DE REFERÊNCIA

#### 4. CALÇA CARGO DEFESA CIVIL

Calça deverá ter 06 bolsos Combate modelo U.S.A., confeccionada em tecido Techno Rip Stop Profissional, modelo reta, cor preta, folgado até abaixo do joelho. Costura em ponto corrente 02 agulhas paralelas, nas pernas, entrepernas e ganchos, fechamento de cós, bolsos, tampas, vista gancho frontal e aplicação de reforço com presponto duplo, travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilhargas). Cintura: Cós rebatido por máquina reta de 01 agulha, com 40 mm de largura acabado. Deverá conter 07 (sete) passantes largos de 85 mm x 20 mm para a passagem do cinto tático, sendo que o primeiro passante tem uma distância inicial de 75 mm a partir do fechamento do botão e os demais equidistantes. Deverá conter 06 (seis) passantes de 60 mm x 15 mm,



sendo que o primeiro passante tem uma distância inicial de 60 mm a partir do fechamento do botão e os demais equidistantes. Vista fechado com 01 (um) zíper 15 cm, sendo que um lado zíper é fixado na máquina reta ponto fixo e o outro lado em máquina de 02 (duas) agulhas ponto fixo com bitola de 1/4. Gancho overlocado e fechado através de máquina de 02 (duas) agulhas de ponto fixo com bitola de 1/4 e um presponto decorativo na vista feito através de máquina reta ponto fixo. Deverá conter 01 (um) caseado de olho na ponta do cós e um botão de massa 20 mm em outra extremidade para efetuar o fechamento do mesmo através de um botão de massa 20 mm. Possuir 02 travetes um para travar o gancho e o outro para limitar a abertura do zíper. **Bolso deverá ser do tipo faca, sendo 02 (dois) bolsos tipo faca** medindo na parte interna 300 mm de profundidade e 150 mm de largura isso sofrendo alterações por ser tipo faca. O lado externo do bolso (espelho) e o (forro do bolso) deverá ser confeccionado com o mesmo tecido, com medidas que mede 60 mm x 160 mm sofrendo também alterações por ser tipo faca. A boca do bolso deverá ser prespontado em máquina reta ponto fixo com a distância da borda até a costura 07 mm. Cada bolso tipo faca deverá conter 03 (três) travetes efetuados em pontos vulneráveis medindo 12 mm de comprimento e 03 mm na largura (sendo 02 (dois) travetes um em cada extremidade do bolso e terceiro para travar a costura do Interlok do forro do bolso. **Bolso lateral deverá ser do tipo fole, possuir 02 bolsos laterais tipo fole** (três pregas com presponto de 01 mm em cada borda da prega) na altura da coxa, costurado por máquina reta ponto fixo. A barra do bolso deve ser feito com 02 (dois) presponto sendo que o primeiro tem 01 mm da borda do bolso e o segundo tem 70 mm em relação ao primeiro. Cada bolso deverá medir 220 mm x 200 mm e é fixado na peça através de máquina de 02 (duas) agulhas ponto fixo com bitola 1/4. As tampas dos bolsos deverão ser duplas, com dimensões externas medindo no início de 80 mm e terminando com 90 mm de largura e 220 mm de comprimento, a parte inferior medindo 50 mm x 220 mm, feito com presponto nas bordas de 07 mm na máquina reta ponto fixo. Estas tampas são fixadas na peça por máquina 02 (duas) agulhas ponto fixo com bitola 1/4. Fechamento do bolso deverá ser feito através de 02 (dois) caseados de olho ponto corrente medindo 33 mm x 07 mm na tampa inferior, com distanciamento de 90 mm de um para o outro. 02 (dois) botões de massa 20 mm fixados a 07 mm do segundo presponto da barra do bolso. 08 (oito) travetes 12 mm x 03 mm sendo 04 (Quatro) em cada bolso, todos aplicados em pontos vulneráveis. **Bolso Interno do bolso lateral tipo fole.** Possuir 02 (dois) bolsos internos, dentro dos bolsos laterais tipo fole medindo 120 mm x 130 mm, costurado por máquina reta ponto fixo. As tampas dos bolsos são simples medindo 60 mm x 125 mm, costurado por máquina reta ponto fixo. O fechamento do bolso interno é feito através 01 (um) caseado de olho ponto corrente medindo 33 mm x 07 mm cada. Deverá possuir 01 (um) botão de massa 20 mm preso ao centro bolso, que se inicia 60 mm da borda. **Bolso traseiro.** Possuir 02 (dois) bolsos traseiros fixados embutidos com vivo 25 mm e abertura de 140 mm. O forro do bolso mede 145 mm x 180 mm e ser confeccionado com o mesmo tecido da calça, com travamento das extremidades inferior através de 02 (dois) travetes 12 mm x 03 mm e travamento superior através de 02 (dois) travetes de 12 mm x 03 mm. As tampas dos bolsos deverão ser duplas, com dimensões externas iniciando com 60 mm e terminando com 75 mm e 145 mm de comprimento e a parte interna medindo 50 mm x 145 mm, feito com presponto nas bordas de 07 mm na máquina reta ponto fixo. Estas tampas deverão ser fixadas na peça por máquina reta de ponto fixo com presponto de 01 mm. Fechamento do bolso será feito através de 01 (um) caseado de olho ponto corrente, medindo 33 mm x 07 mm na tampa inferior, com distanciamento de 70 mm da borda. 02 (dois) botão de massa 20 mm fixados a 20 mm abaixo do presponto do vivo, o botão é fixado a 70 mm da borda. **Barra** deverá ser tipo normal. **Fechamento gancho traseiro** deverá ser feito através de máquina de Interlok com 12 mm da borda. **Fechamento lateral.** Ser feito através de máquina



de Interlok com 12 mm da borda até a costura de reforço. **Fechamento entrepernas.** Ser feito através de máquina de Interlok com 12 mm da borda até a costura de reforço. **Aviamentos** Botão de massa 20 mm preto, zíper de 15 cm preto, linha 50 poliéster de alta resistência.

#### **5. CAMISA POLO AZUL MARINHO DEFESA CIVIL**

Em tecido malha Piquet 50% PES e 50% CO, na cor azul marinho, com no mínimo 175 grs/m<sup>2</sup>, manga curta, Manga lado direito bordado “BANDEIRA DE UBATUBA” (tam. 9x8) e manga lado esquerdo bordado “BANDEIRA DO BRASIL” (tam. 8x5), frente bordado no lado esquerdo “BRASÃO DEFESA CIVIL” (tam. 8x7 cm); Costa bordado em meia lua “DEFESA CIVIL e fechando a meia lua na horizontal UBATUBA” em Laranja; fechamento com dois botões cristal tam. 18 , fechamento interno com overloque 3 fios 100%PES TEX 18, bainhas da barra com 25 mm de largura na galoneira com 3 fios, gola, peito reta com linha 80 100% PES TEX 40, etiqueta de identificação e conservação da peça inserida e centrada nas costas.

#### **6. CAMISA POLO LARANJA DEFESA CIVIL**

Em tecido malha Piquet 50% PES e 50% CO, na cor laranja, com no mínimo 175 grs/m<sup>2</sup>, manga curta, Manga lado direito bordado “BANDEIRA DE UBATUBA” (tam. 9x8) e manga lado esquerdo bordado “BANDEIRA DO BRASIL” (tam. 8x5), frente bordado no lado esquerdo “BRASÃO DEFESA CIVIL” (tam. 8x7 cm); Costa BORDADO em meia lua “DEFESA CIVIL e fechando a meia lua na horizontal UBATUBA” em Azul Marinho; fechamento com dois botões cristal tam. 18, fechamento interno com overloque 3 fios 100% PES TEX 18, bainhas da barra com 25 mm de largura na galoneira com 3 fios, gola, peito reta com linha 80 100% PES TEX 40, etiqueta de identificação e conservação da peça inserida e centrada nas costas.

#### **7- COLETE OPERACIONAL DEFESA CIVIL**

A composição: confeccionado em tecido misto de poliéster e algodão, no padrão techno rip stop – 0480; cor laranja na parte superior, acima da faixa refletiva, e azul marinho na parte inferior, abaixo da faixa refletiva. Detalhamento: colete aberto; com fechamento por meio de zíper na cor laranja; gola esporte pespontada; face frontal com dois bolsos inferiores, um de cada lado do colete; costas com pala dupla; faixa refletiva no peito e nas costas. Na frente, a bandeira do Município de Ubatuba bordada na altura do peito, lado direito, velcro para colocação de tarja de identificação; na parte frontal superior esquerda, bordado o brasão da Defesa Civil e a inscrição: “PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – UBATUBA”. Nas costas, bordado do brasão da Defesa Civil, a inscrição: “DEFESA CIVIL” - “UBATUBA”; ambas na cor laranja, em arco.

#### **8- CAMISETA AZUL MARINHO MANGA CURTA DEFESA CIVIL**

Confeccionada na cor azul marinho, com ribana no colarinho, gola redonda com acabamento de união do colarinho com debrum tipo exportação, mangas estilo baby look, com acabamento ribana, com logo marcas: frente, lado esquerdo a aplicação do logotipo da defesa civil, atrás deverá conter na cor laranja em meia lua DEFESA CIVIL e fechando a meia lua na horizontal DE UBATUBA.

#### **9- CAMISETA LARANJA MANGA CURTA DEFESA CIVIL**

Confeccionada na cor laranja, com ribana no colarinho, gola redonda com acabamento de união do colarinho com debrum tipo exportação, mangas estilo

baby look, com acabamento ribana, com logo marcas: frente, lado esquerdo a aplicação do logotipo da defesa civil, atrás deverá conter na cor preta em meia lua DEFESA CIVIL e fechando a meia lua na horizontal DE UBATUBA.

#### **10- CAPA IMPERMEÁVEL LARANJA DEFESA CIVIL**

Ser confeccionada em tecido 100% nylon emborrachado na cor Laranja, com mangas, capuz, abertura frontal total e abertura traseira parcial, devendo apresentar-se isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais; Gola: de bico e na sua base haverá um zíper para fixação do capuz que deverá ter cordão para ajuste e uma pala inferior com 12 centímetros de largura em toda a sua extensão; Guarda-capa: do tipo envelope, do mesmo material, Trazer duas etiquetas sendo 01 (uma) com o número do manequim, mês e ano de fabricação e outra com o nome da firma fornecedora, procedências e composição do tecido, bem como as instruções de lavagem; Capuz: deve ser anatômico, fixado na base da gola através de costura, com cadarço de nylon para ajuste, e quando não estiver em uso, possibilitar sua guarda em compartimento próprio conjugado à base da própria gola e fechado por zíper de nylon na tonalidade do tecido, medindo 30 cm, tendo em sua base solda eletrônica para uma perfeita vedação como em toda capa, as costuras ter solda termo eletrônica para perfeita vedação.

#### **11- JAQUETA IMPERMEÁVEL – MODELO DEFESA CIVIL**

JAQUETA Impermeável, confeccionada em nylon emborrachado nas cores laranja com azul marinho, com espessura + ou – 0,20mm, gramatura de 380gr/m<sup>2</sup>, + ou – 10grs. Forrada internamente, mangas compridas tendo 04 cm de elástico nas extremidades para ajuste de forma que impeça a entrada de água. Abertura frontal com fechamento de 01 zíper de nylon tratorado. Gola alta medindo 6,5 cm nas extremidades e 9,5 cm na parte traseira onde terá um velcro de 10,0 cm onde deverá estar embutido o capuz ajustável através de cordão de nylon, poliéster ou polipropileno para ajuste. Na cintura em toda a volta, internamente, barra de 4,0 cm de largura, cordão de nylon, poliéster ou polipropileno para ajuste. Bolsos: 01 embutido na parte de dentro frontal e 02 nas laterais embutidos com forro do mesmo tecido, com abertura reta de 15 cm paralela à costura de fechamento lateral, sendo a parte inferior da abertura a 14 cm da parte inferior do cós. Faixa refletiva de 2,0 cm de largura em toda a extensão frente e costas abaixo da costura do ombro na parte mais baixa e seguindo na mesma direção nas costas. Logo da DEFESA CIVIL na altura do peito, lado esquerdo medindo 07 cm x 07 cm, acima do velcro. Brasão Bandeira do Brasil, lado direito, medindo 07 cm x 07 cm, acima do velcro. Aplicação de velcro fêmea na cor AZUL MARINHO, medindo 2,5 cm por 13,5 cm, abaixo do brasão da Bandeira do Brasil para colocação de tarja de identificação, na cor PRETA, nas mesmas medidas, com nome do funcionário e tipo sanguíneo escrito em LARANJA, costurada em velcro macho PRETA. Deverão ser aplicados acima da faixa refletiva. Nas costas deverá ter bordado a escrita “DEFESA CIVIL”, de forma semi-circular



## 12- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que melhor atende às necessidades, sendo pelo **REGISTRO DE PREÇO** conforme justificativa acima, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público, a aquisição de gêneros alimentícios, para alimentação aos agentes de Diretoria Defesa Civil. Desta forma ampliando e melhorando os serviços prestados por esta com menor tempo de resposta. Diante ao exposto vemos que a proposta se mostra como a opção mais eficaz e econômica, considerando as características específicas para as atividades desta Diretoria de Defesa Civil.

## 13- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a Diretoria de Defesa Civil, através do fiscal responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de boa qualidade.

Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Diretoria de Defesa Civil, ou em quantidade inferior ao estabelecido, à empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 05 (cinco) dias.

O licitante vencedor deverá apresentar catálogo (amostras) de peças aos lotes relacionados com todas as especificações técnicas do produto e fica, desde já, ciente de que o produto considerado insatisfatório será automaticamente recusado.

Para comprovação da qualificação técnica o licitante deverá apresentar: Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove(m), haver fornecido ou estar fornecendo materiais com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, que deverão atestar a inexistência de qualquer fato desabonador em relação ao licitante, devidamente registrados na entidade profissional competente, ficando reservada a Diretoria de Trânsito o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

## 14- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega do material é de no máximo 30 (TRINTA) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, emitidos após a formalização da contratação; os materiais serão entregues no Almoarifado Central da Prefeitura Municipal de Ubatuba, localizada no endereço abaixo:

- **Rua Paraná, nº 73 – Centro – CEP 11690-400.**

Deverão ser entregues no local informado, no período da manhã entre 08h e 11h e período da tarde entre 14h e 16h, ou conforme combinado com a solicitante. Para a perfeita execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento. O prazo de garantia contratual dos serviços é

aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **15- CRITÉRIOS, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os fornecedores deverão entregar os produtos imediatamente em perfeito estado, sem custo adicional, em até 35 (trinta e cinco) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento. A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e a hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos mesmos. Os produtos adquiridos serão pagos 30 (trinta) dias após a atestação da Nota Fiscal pela secretaria solicitante.

## **16- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para fornecimento dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com objeto da licitação, tem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

### **Habilitação Jurídica:**

1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751 Serviços – Lei nº 14.133/21 do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

#### **17- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação será obtido após a cotação obtida pela seção de compras. Desta forma mediante pesquisa de preços realizada conforme fonte de pesquisa pelo Painel de Preços, onde se tem a média de preços estabelecida em relação a comercialização do produto em questão.

## 18- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para custear as despesas decorrentes desta licitação, a dotação orçamentária a ser utilizada para aquisição é a **02.02.06.182.0008.2.010.339030.01.1100000, ficha 103.**

O objeto referenciado não está no planejamento desta secretaria na vigência 2024, porém há orçamento e a sua contratação se faz necessária devido a necessidades apresentadas pela Diretoria de Defesa Civil.

## 19- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O material só será considerado aceito após conferência pelo responsável, ficando sujeito à substituição, desde que, comprovada a existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições que comprometam a integridade dos produtos.

## 20- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

## 21- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- O contrato deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva
- nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, procedência e prazo de validade.
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações

assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos
- relativos à execução do empreendimento.
- Todos os custos relativos a entrega dos produtos (custas, fretes, deslocamento, etc.) são por conta da Contratada.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

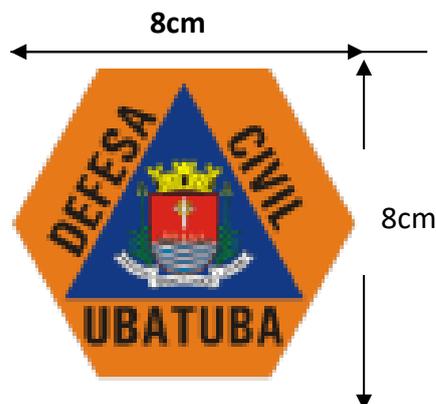
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação;

## 11- INDICAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

**Gestor do Contrato**  
JAILSON JOACI DOS SANTOS  
Matrícula 919.291

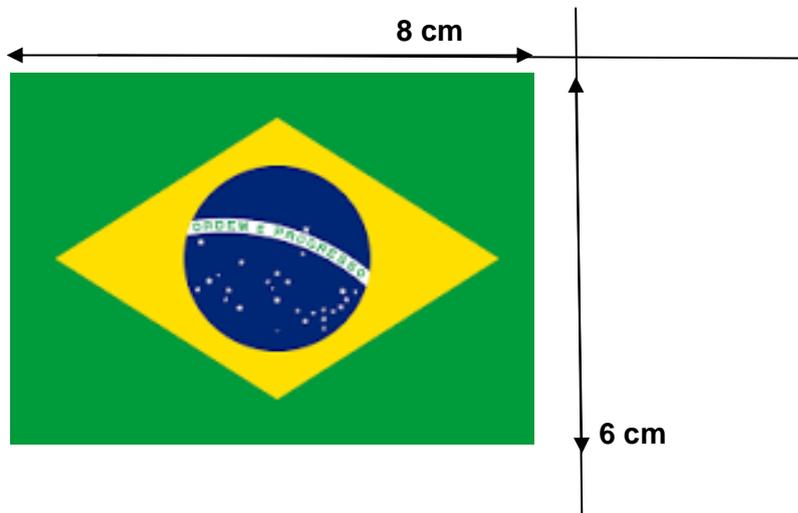
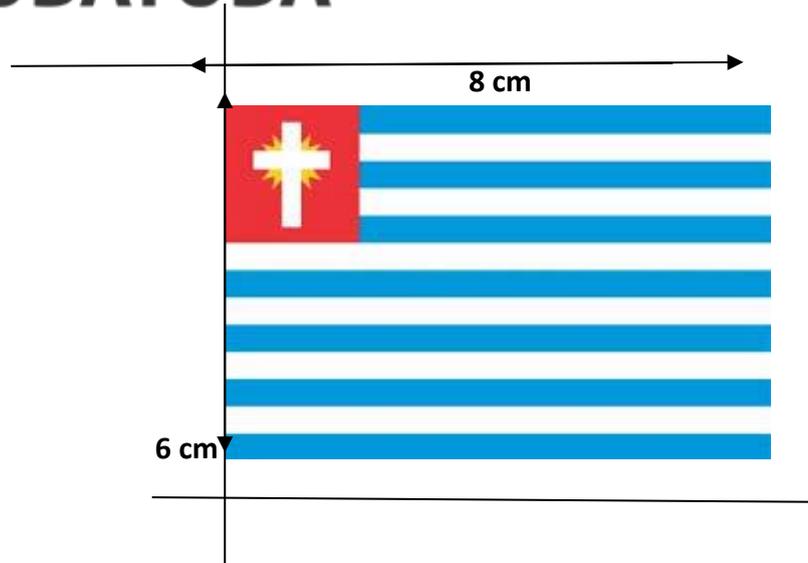
**Fiscal do Contrato**  
ROSEMEIRE ALVES VIANA  
Matrícula 911.795

**ALEXANDRE NAPOLI**  
Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA  
**UBATUBA**



## B - TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DO IPMU

### Termo de Referência para Registro de Preço de Uniforme

#### 1. OBJETIVO:

O presente termo tem como objetivo estabelecer as especificações técnicas e os requisitos para o fornecimento de uniformes para os funcionários do IPMU, conforme definido nas conclusões do estudo técnico preliminar.

**2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** O valor estimado da contratação será obtido após a cotação obtida pela seção de compras. Desta forma mediante pesquisa de preços realizada conforme fonte de pesquisa pelo Painel de Preços, onde se tem a média de preços estabelecida em relação a comercialização do produto em questão.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

O Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba preza pela excelência no atendimento aos segurados e sociedade de modo geral, e a uniformização dos servidores é fundamental para o melhor atendimento.

Servidores uniformizados demonstram organização, zelam pela identidade visual da autarquia e geram segurança para os atendidos na confirmação das informações prestadas por um agente público devidamente identificado.

Para tanto, há a necessidade de aquisição de camisetas e camisas padronizadas para utilização pelos servidores do IPMU.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Os uniformes a serem adquiridos deverão possuir boa qualidade e a empresa fornecedora deverá oferecer garantia da qualidade das peças de no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias, inclusive em caso de desbotamento nas primeiras lavagens.

Tratando-se de algumas peças de cores escuras, é necessário observar a qualidade dos materiais para que os produtos possuam boa durabilidade, produtos que desbotarem dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após a entrega, deverão ser substituídos pela empresa em até 30 (trinta) dias.

Em caso de defeito de fabricação, seja na peça ou no bordado, inclusive em caso de bordado errado, a empresa deverá promover a troca do produto no prazo de 10 (dez) dias.

A empresa vencedora deverá apresentar amostras para serem aprovadas pelo IPMU.

Na análise das amostras serão observados a qualidade do tecido e a qualidade do bordado com o logo do IPMU.

O tecido dos produtos não pode ser fino e não devem permitir a transparência.

##### 4.1. Descrição do uniforme:

- Tipo de Uniforme: Camisas femininas e masculinas;
- Cores: Preto, azul marinho, rosa bebê e branco;

##### 4.2. Tamanho:

Para fins de tamanho, será considerado:

FEMININO		
<b>Tamanho M - 42</b> Comprimento da peça: 62 cm Busto: 92 cm Cintura: 86 cm Ombro: 14 cm	<b>Tamanho G - 44</b> Comprimento da peça: 63 cm Busto: 96 cm Cintura: 90 cm Ombro: 14 cm	<b>Tamanho GG - 46</b> Comprimento da peça: 65 cm Busto: 100 cm Cintura: 96 cm Ombro: 15 cm

- Serão aceitas peças com diferenças de até dois centímetros dos valores estimados.

MASCULINO - POLO				
Tamanho M	Tamanho G	Tamanho GG	Tamanho G1	Tamanho G2
Comprimento 72; Largura 54	Comprimento 74; Largura 56	Comprimento: 76 Largura 58 cm.	Comprimento: 78 Largura: 61	Comprimento: 80 Largura: 64

MASCULINO – CAMISA MANGA LONGA				
Tamanho M	Tamanho G	Tamanho GG	Tamanho G1	Tamanho G2
Comprimento 72; Largura 54	Comprimento 82cm Largura 58cm	Comprimento 84cm Largura 61cm	Comprimento 86cm Largura 65cm	Comprimento 87 cm; Largura 70cm

#### 4.3. Especificações técnicas:

Acabamento: Os uniformes devem ter um acabamento de alta qualidade e durável.

Design: Os uniformes devem ter um design elegante e profissional, adequado ao ambiente de trabalho.

Os uniformes femininos deverão possuir gola social **DUPLA**, com detalhes em cores diferentes (conforme consta no descritivo) na gola inferior, na parte interna do colarinho e no abotoamento frontal, nas mangas e nos braços, com tecidos de bolinhas, conforme as fotos.

Os uniformes deverão ser do mesmo modelo previsto no item 5. deste Termo de Referência;

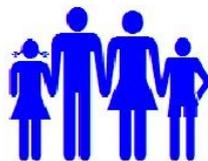
#### 4.4. Logotipo do IPMU:

O logotipo do IPMU deve ser aplicado de forma bordada de alta qualidade, sem apresentar imperfeições ou costuras soltas;

Não será aceito logo estampado;

O logotipo deverá vir bordado na altura do peito de TODOS os uniformes;

Para os modelos nas cores azul marinho e preta, a escrita do nome do IPMU deverá ser bordada na cor BRANCA e para os modelos nas cores rosa e branca, a escrita deverá ser bordada na cor PRETA, com as seguintes medidas 5,5 cm altura x 8 cm largura:



**Instituto de Previdência  
Municipal de Ubatuba  
IPMU**

**4.5. MODELO DE UNIFORME BORDADO COM LOGO BRANCO E MODELO COM LOGO PRETO**

(uniforme branco, letras pretas)



(uniforme azul, letras brancas)



(uniforme rosa bebê, letras pretas)



(uniforme preto, letras brancas)

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

As camisas femininas possuem botões frontais, com golas duplas, com detalhes em cores diferentes (conforme indicado no descritivo, item 4.3. e no modelo abaixo) nas golas, linha de abotoadura frontal e mangas.

Em todas as peças (masculinas e femininas) deverá estar bordado no peito esquerdo o logotipo do IPMU, no tamanho 5,5cm x 8cm.

- Sobre o tecido deverá ser bordado o logotipo do IPMU, conforme item 4.4.

Os uniformes deverão possuir mesmo modelo e cores das demonstrações abaixo, e dos modelos do anexo I, não sendo aceito modelo diferente dos expostos:

**Feminino.**



Modelo manga curta

Cor branca com tecido azul marinho ou preto com bolinhas pretas na gola inferior, manga e parte interna da abotoadura.



Modelo manga longa

Cor azul marinho com tecido rosa com bolinhas azuis escura ou preta na gola inferior, manga e parte interna da abotoadura.



Modelo manga curta

Cor preto com tecido branco com bolinhas pretas na gola inferior, manga e parte interna da abotoadura.



Modelo manga 3/4

Cor rosa bebê com tecido com bolinhas azul marinho na gola inferior, manga e parte interna da abotoadura.

### Masculino:



Modelo camisa polo manga curta  
Cor azul marinho



Camisa polo manga curta  
Cor Preto





Camisa Polo manga curta  
Cor rosa claro.



Camisa Social manga longa  
Cor azul marinho.

### 5.1. Do Descritivo Mínimo e do tamanho

Peça	Tamanho	Quantidade
Camisa Social Feminina manga curta. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: branca com detalhes preto com bolinhas branca, conforme foto modelo.	M - 42	2
	G - 44	4
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga 3/4. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: branca com detalhes preto com bolinhas branca, conforme foto modelo.	M - 42	2
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga longa. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: branca com detalhes preto com bolinhas branca, conforme foto modelo.	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga curta. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: azul marinho com detalhes rosa claro com bolinhas azul escuro ou preta, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga 3/4. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: azul marinho com detalhes rosa claro com bolinhas azul escuro ou preta, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga longa. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: azul com detalhes rosa claro com bolinhas azul escuro ou preta, conforme foto modelo	M - 42	2
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga curta. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: preta com detalhes branco com bolinhas pretas, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga 3/4. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: preta com detalhes branco com bolinhas preta, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga longa. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: preta com detalhes branco com bolinhas preta, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1





Camisa Social Feminina manga curta. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: rosa bebê com detalhes azul marinho com bolinhas rosa ou branco, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga 3/4. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: rosa bebê com detalhes azul marinho com bolinhas rosa ou branco, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Social Feminina manga longa. Composição: mínimo de 50% de algodão, 30% poliéster e 3% elastano. Com bordado com o logo do IPMU. Cor: rosa bebê com detalhes azul marinho com bolinhas rosa ou branco, conforme foto modelo	M - 42	1
	G - 44	2
	GG - 46	1
Camisa Polo Masculina. Composição: mínimo de 50% de algodão. Com bordado com o logo do IPMU. COR: Azul marinho	M	2
	G	2
	GG	4
	G1	3
	G2	3
Camisa Polo Masculina Composição: mínimo de 50% de algodão. Com bordado com o logo do IPMU. COR: Preto	M	2
	G	2
	GG	4
	G1	3
	G2	2
Camisa Polo Masculina Composição: mínimo de 50% de algodão. Com bordado com o logo do IPMU. COR: Rosa Claro	M	2
	G	2
	GG	2
	G1	2
	G2	2
Camisa - tipo social, masculina, mangas longas, em tecido misto com no mínimo 73% de algodão e 27% em poliéster, tipo passa fácil, gramatura de 150 g/m <sup>2</sup> , admitindo-se variação de ± 10% sem transparecer o corpo, fechamento dos punhos com botões T-18; um bolso externo frontal, na altura do peito do lado esquerdo; colarinho social com base e reforço entretelado; gola com entretela, pala dupla e palheta, sem botões; pala com 02 panos (dupla); fralda recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada; ombro com costura embutida, pespontada na extremidade; abertura frontal com abotoamento feito por 07 botões T-18, na cor do tecido; aviamentos na cor do tecido. Cor: azul marinho.	M	2
	G	2
	GG	2
	G1	2
	G2	2
<b>Quantidade TOTAL</b>		<b>100</b>

- Conforme descrito na tabela acima, serão registrado o preço das camisas femininas com as três opções de mangas, sendo:
- Manga curta, manga ¾ e manga comprida, conforme consta nas imagens no modelo.

## 6. Requisitos de Qualidade:

- 6.1. Os uniformes devem ser confortáveis, resistentes e fáceis de cuidar.
- 6.2. Devem ser fabricados com materiais de qualidade que garantam durabilidade e resistência ao desgaste.



## 7. Quantidade e Entrega:

- 7.1. Quantidade: a quantidade e os tamanhos estão estipulados no item 4.1 deste Termo de Referência;
- 7.2. Prazo de Entrega: Os uniformes devem ser entregues em até 30 (trinta) dias após o recebimento da ordem de serviço.

## 8. Responsabilidades do Fornecedor:

- 8.1. Fornecer amostras dos uniformes para aprovação antes da produção em massa.
- 8.2. Garantir que todos os uniformes atendam às especificações técnicas e de qualidade estabelecidas.
- 8.3. Manter comunicação regular com o departamento responsável pela aquisição dos uniformes para garantir o cumprimento dos prazos e requisitos.

## 9. Critérios de Avaliação:

- 9.1. Os fornecedores serão avaliados com base na qualidade dos uniformes e cumprimento das especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste termo de referência.
- 9.2. Serão avaliados os seguintes critérios:
  - 9.2.1. O produto está de acordo com o modelo descrito no Termo de Referência?
  - 9.2.2. O tecido dos uniformes atende à porcentagem descrita no Termo de Referência?
  - 9.2.3. O tecido dos uniformes possui a qualidade exigida no Termo de Referência?
  - 9.2.4. Os bordados dos uniformes atendem aos critérios definidos no Termo de Referência?
  - 9.2.5. O uniforme está desfiando ou apresentando algum problema visível?

## 10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 10.1. Os produtos deverão ser entregues na sede do IPMU, na rua Paraná, nº. 408, Centro de Ubatuba, CEP. 11.680-408.
- 10.2. As especificações, quantidades e prazos devem seguir estritamente o estipulado no Termo de Referência;
- 10.3. O objeto será recebido definitivamente somente mediante a presença de documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação pertinente;
- 10.4. Caso a documentação mencionada no item anterior não seja apresentada ou quando se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência;
- 10.5. A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal com os documentos mencionados no item anterior até 05 (cinco) dias após a publicação;
- 10.6. Antes do encaminhamento do faturamento à contabilidade e consequente liberação do pagamento, o servidor responsável pela fiscalização do contrato deverá realizar o ateste do documento de cobrança e dos eventuais documentos acessórios que sejam necessários;
- 10.7. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou



superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa;

- 10.8. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto que apresentar quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 10.9. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento pela CONTRATADA de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito anteriormente;
- 10.10. Os recebimentos do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto;
- 10.11. Os recebimentos ficam condicionados à prestação da totalidade do objeto contratual, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido;

## 11. CLÁUSULAS GERAIS

- 11.1. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações do IPMU sem prévia autorização formal;
- 11.2. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse do IPMU ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 11.3. A CONTRATADA deverá observar a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), lei nº. 13.709/2018;
- 11.4. Os serviços que apresentares vício de qualidade e/ou que estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo, poderão ser rejeitados, devendo ser corrigidos ou refeitos às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades legais.
- 11.5. A CONTRATADA fica ciente que o quantitativo contratual trata-se de estimativa, ficando o pagamento de condicionado à ordem de serviço, não havendo garantia de execução total;

## 12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1. O prazo de vigência da contratação será de doze meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do artigo 105, da Lei 14.133/2021.

## 13. PREÇO

- 13.1. O preço deverá ser apresentado de forma unitária referente a cada item, considerando tamanho, bordado e todos os custos inerentes da fabricação até a entrega;
- 13.2. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, não cabendo ao IPMU quaisquer custos adicionais.

## 14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

- 14.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após o regular recebimento dos serviços prestados no mês de referência;



- 14.2.** Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização;
- 14.3.** O IPMU fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

## **15. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

- 15.1.** A seleção do fornecedor se dará por meio de realização de pregão eletrônico, com Registro de Preço por Lote, sendo vencedor o licitante que apresentar a menor proposta de preço, atendendo aos critérios de habilitação previstos em edital.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1.** O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei de Licitações nº. 14.133/2021.

## **17. DA FISCALIZAÇÃO**

- Fica nomeado como fiscal do contrato o servidor nomeado como Diretor Administrativo do IPMU, atualmente, a **Sra. Marcia Conceição Fernandes Famadas Rolim**.

## **18. DO GESTOR DO CONTRATO**

- Fica nomeado como gestor do Contrato o servidor nomeado como Diretor Financeiro do IPMU, atualmente, o **Sr. Fernando Augusto Matsumoto**.

## **19. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 19.1.** Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 8.387/2024, e Lei 13.709/2018 (LGPD);
- 19.2.** Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

## **20. ANEXOS**

- I. Modelo de Uniformes femininos;
- II. Logotipo e formas de instalação nos uniformes;
- III. Modelo de proposta de preço;

Ubatuba, 16 de dezembro de 2024.

**LUCAS GUSTAVO FERREIRA CASTANHO**  
Assessor de Gestão Previdenciária  
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba

**SIRLEIDE DA SILVA**  
Presidente do Instituto de  
Previdência Municipal de Ubatuba



### ANEXO I – Modelos de Uniformes femininos



Modelos Azul Marinho, Branco e Rosa bebê



Modelo manga curta azul marinho



Modelos prontos, com o logotipo bordado



**ANEXO II – LOGOTIPO E MODELO DE COMO FICARÁ A INSTALAÇÃO:**



**Instituto de Previdência  
Municipal de Ubatuba  
IPMU**

Conforme mencionado no item 4.3. deste Termo de Referência, não serão aceitos logotipos estampados. O logotipo do IPMU deverá ser bordado no uniforme.

Nas camisas Branca e Rosa bebê usar o logotipo conforme demonstrado acima, nas camisas azul marinha e pretas, bordar o nome do IPMU na cor branca, conforme fotos a seguir:



**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2024**

..... inscrito no CNPJ N....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº.....DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da lei n. 14.133/2021, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) (OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e Data:

Nome e assinatura

Razão Social da empresa.

**ANEXO III  
PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 96/2024**

Proponente:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Fone ( )	Fax ( )	E-mail:
CNPJ:	Insc. Estadual:	

**LOTE 01 - BOMBETA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30	UN	BOMBETA DEFESA CIVIL -TAMANHO UNICO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$

**LOTE 02 – CALÇA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	10	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 40	R\$	R\$
3	20	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 42	R\$	R\$
4	20	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 44	R\$	R\$
5	20	UN	CALÇA MASCULINA CARGO DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP FIO 100% POLIAMIDA 240 DTEX (TRAMA E URDUME MAQUINETADO). O EFEITO RIP-STOP AUMENTA A RESISTÊNCIA AO RASGO.DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA- COR AZUL MARINHO TAMANHO 46	R\$	R\$

**LOTE 03 – CAMISA E CAMISETA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	15	UN	CAMISA POLO MASCULINA DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$	R\$
7	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$	R\$
8	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETO	R\$	R\$
9	3	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G1. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$	R\$



10	3	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM G2. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$	R\$
11	4	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$	R\$
12	4	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETO	R\$	R\$
13	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO	R\$	R\$
14	2	UN	CAMISA POLO MASCULINA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETO	R\$	R\$
15	30	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$	R\$
16	20	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$	R\$
17	25	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$	R\$
18	10	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$	R\$
19	30	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$	R\$
20	10	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$	R\$
21	10	UN	CAMISA POLO MASCULINA. DEFESA CIVIL NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$	R\$
22	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G . COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
23	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
24	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
25	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
26	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
27	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
28	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O	R\$	R\$





			LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO		
29	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
30	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
31	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
32	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
33	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA 3/4 TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
34	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
35	4	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
36	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETAS, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
37	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
38	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
39	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
40	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETAS, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$





41	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
42	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL MARINHO COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
43	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
44	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETAS, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
45	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
46	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
47	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
48	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
49	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM G. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
50	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
51	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
52	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
53	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM GG. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES	R\$	R\$





			AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO		
54	2	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: AZUL COM DETALHES ROSA CLARO COM BOLINHAS AZUL ESCURO OU PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
55	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: BRANCA COM DETALHES PRETO COM BOLINHAS BRANCA, CONFORME FOTO MODELO.	R\$	R\$
56	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: PRETA COM DETALHES BRANCO COM BOLINHAS PRETA, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
57	1	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA TAM M. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 50% DE ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO. COM BORDADO COM O LOGO DO IPMU. COR: ROSA BEBÊ COM DETALHES AZUL MARINHO COM BOLINHAS ROSA OU BRANCO, CONFORME FOTO MODELO	R\$	R\$
58	30	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$	R\$
59	20	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$	R\$
60	15	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$	R\$
61	10	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR AZUL DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$	R\$
62	30	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO G	R\$	R\$
63	20	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO GG	R\$	R\$
64	15	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO M	R\$	R\$
65	10	UN	CAMISETA MANGA CURTA MASCULINA DEFESA CIVIL EM MALHA 100% ALGODÃO NA COR LARANJA DE ACORDO COM TERMO DE REFERENCIA TAMANHO XGG	R\$	R\$

**LOTE 04 – CAPA DE CHUVA**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
66	20	UN	CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO-DEFESA CIVIL TAMANHO G DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
67	15	UN	CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO-DEFESA CIVIL TAMANHO GG DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
68	15	UN	CAPA DE CHUVA DE NYLON EMBORRACHADO-DEFESA CIVIL TAMANHO M DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$

**LOTE 05 – COLETE DA DEFESA CIVIL**

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
69	15	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO G DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$



70	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO GG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
71	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO M DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
72	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO P DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
73	10	UN	COLETE DEFESA CIVIL EM TECIDO RIP-STOP NA COR AZUL MARINHO COM DETALHES LARANJA TAMANHO XGG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$

## LOTE 06 – JAQUETA DA DEFESA CIVIL

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL	
74	20	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO G DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
75	15	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO GG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
76	15	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO M DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$
77	10	UN	JAQUETA DEFESA CIVIL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL RACHADO NAS COSTAS NAS CORES LARANJA AZULMARINHO TAMANHO XGG DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA	R\$	R\$

- **Valor Global da Proposta:** R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- **Validade da Proposta:** mínimo 60 dias.
- **Prazo de Entrega:** **30 (TRINTA) dias** após a emissão da Autorização de fornecimento.

ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

-nos preços unitários por nós cotados, levamos em consideração todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória execução dos serviços objetivados neste edital, inclusive as despesas com materiais e equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, canteiro de obras, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes deste Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA.

Declaramos total conhecimento e concordância dos termos do edital do pregão e dos seus anexos.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**  
**Art.63, inc. IV Lei Federal 14.133/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO - N. 96/2024**

A Empresa ..... inscrito no CNPJ N....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº....., DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 096/2024

A Empresa ..... inscrita no CNPJ ..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). ..... , CPF ..... visando a participação na no Pregão Eletrônico Nº XXX/2023, para fins de tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, **DECLARA** que:

( ) está enquadrada, na data designada para início da sessão pública , na condição de microempresa e que não está incursa nas vedações a que se reporta o § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

( ) está enquadrada, na data designada para início da sessão pública, na condição de empresa de pequeno porte e que não está incursa nas vedações a que se reporta o § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

( ) nos termos do § 1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, há restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, cuja regularização, procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, à critério da Secretaria cientes de que a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal e Assinatura

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Nome completo: \_\_\_\_\_, RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ DECLARO, sob as penas da Lei, que a empresa \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da Pregão Eletrônico nº  
96/2024, Processo nº5411/2024 cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos  
no instrumento convocatório.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE**  
**ATESTA O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS**  
**NESTE EDITAL**

Nome completo: \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
DECLARO, sob as  
penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da  
Pregão Eletrônico nº 96/2024, Processo nº 5411/2024, atende os índices econômicos previstos  
neste edital maiores que 1 (um) abaixo citados:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG)
- b) Solvência Geral (SG)
- c) Liquidez Corrente (LC)
- d) Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura profissional da área contábil)

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO**  
**CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

A Empresa participante, devidamente credenciada no sistema, por intermédio do seu representante legal que pratica todos os atos referentes ao procedimento mediante chave de acesso, interessado em participar da Pregão Eletrônico nº 9 6 / 2 0 2 4, Processo nº 5.411/2024, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- h) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).



**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDEM A**  
**INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

**Art. 62 § 1º da Lei 14.133/2021**

(Apresentar junto com a proposta)

A Empresa participante, devidamente credenciada no sistema, por intermédio do seu representante legal que pratica todos os atos referentes ao procedimento mediante chave de acesso, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a empresa interessada em participar da **Pregão Eletrônico nº 96/2024**, **Processo nº 5.411/2024** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Local e data).

**ANEXO X**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Nome completo: \_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_  
DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da Pregão Eletrônico n 96/2024 Processo nº5411/2024, para fins do disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021, que atendem aos requisitos de habilitação, e que:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambas da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO XI**  
**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Setor/Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 96/2024**, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linhareta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de UBATUBA, nos cargos de direção, chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



**ANEXO XII**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE DESSE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2024**

A Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede na ....., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) do Documento de Identidade nº ....., órgão emissor e do CPF nº....., DECLARA para fins de participação na Pregão Eletrônico Nº 096/2024, não ter recebido do Município de Ubatuba, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

....., ... de ..... de .....

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal





**ANEXO XIII**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA E A EMPRESA**  
.....  
**PARA REGISTRO DE PREÇO PARA CONFEÇÃO DE UNIFORMES  
PARA ATENDER A DIRETORIA DE DEFESA CIVIL  
E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Prefeitura, situada na Rua Dona Maria Alves, nº. 865, Centro, Ubatuba/SP, presentes, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.482.857/0001-96, neste ato representada pelo **Sr. ALEXANDRE NAPOLI**, Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, pelo **Sr. Annibal José Bastos Pereira**, Secretário Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social e pela **Sra. SIRLEIDE DA SILVA**, Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba, e, de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., com sede na ....., nº ....., bairro ....., município de ...../....., representada por ....., portador do RG ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **DETENTORA**, na qualidade de adjudicatária no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5411/2024**, cujo inteiro teor a DETENTORA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam a presente Ata de Registro de Preços, neste instrumento ora denominada apenas de ATA, de acordo com Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; Decreto Municipal 8391/2024; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.**

1.1 - A presente ATA tem por objeto o **Registro de Preço para Contratação de Empresa para confecção de uniformes para atender a Diretoria de Defesa Civil e Instituto de Previdência Municipal**, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2 - Consideram-se integrantes da presente ATA, como se nela estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

1.2.1 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta de preços, elaborada e apresentada pela DETENTORA, datada de **xx/xx/24**, bem como os novos preços e condições definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.**





2.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão relacionados em quadro resumo anexo a esta ATA.

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
X	XX	XX	XXXXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
				<b>TOTAL:</b>	<b>XXXX</b>

2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, estabelecida na forma do **item 9** do edital, consta como anexo a esta ATA.

2.3 – Os anexos citados nos subitens 2.1 e 2.2 serão partes integrantes da presente ATA, como se nela estive transcrito.

### CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão gerenciador da Ata será: Secretária Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item(ns) 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 - Órgãos/entidades **Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba.**

### CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Por força do § 3º do artigo 86 da Lei 14.133, de 2021 fica vedada a utilização da ata de registro de preços, gerenciada pela Administração Pública municipal, por órgãos ou entidades não participantes, com exceção dos órgãos pertencentes a Administração Municipal.

### CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA ATA E DOS PRAZOS DE ENTREGA

5.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por até mais 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 – Para a comprovação da vantajosidade a que se refere o item anterior, deverá ser observado, no que couber, o artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

5.3 - Para aquisição de forma imediata dos itens registrados nesta ATA, será enviada pelo órgão responsável ao DETENTOR a '**Autorização de Fornecimento**' por e-mail, o qual fica obrigado a confirmar seu recebimento e efetuar a entrega dos itens no prazo de até 35 (trinta e cinco) dias corridos, contados do envio/recebimento do e-mail, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21 e nesta ATA.

5.3.1 - Cada 'Autorização de Fornecimento' a ser emitida conterà no mínimo:

- Objeto da Ata de Registro de Preço;
- Número do Registro de Preços;
- Valor da Ordem de Fornecimento;
- Prazo de Entrega;
- Local da Entrega;





- f) Descrição e quantificação do(s) bem(ns); e
- g) Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente.

5.3.2 - Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pelo detentor da Ata, para serem submetidos à apreciação do órgão responsável, o qual será o responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados.

5.3.2.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

- a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Autorização de Fornecimento;
- b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

5.3.2.2 - Na análise da documentação apresentada, poderá o órgão gestor solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto à sites ou outros meios.

5.3.2.3 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.3.2.4 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo de entrega.

5.3.3 - No momento da emissão da autorização de fornecimento serão verificadas:

a) - A regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Estadual e Municipal, bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

b) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ);

b.1) - Se o detentor incorre em penalidades do artigo 156, incisos III e IV da Lei 14.133/21, as quais poderão obstar a emissão da Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil.

c) Havendo a impossibilidade da obtenção dos documentos por meio eletrônico, será a detentora da ata notificada para que providencie o envio da documentação sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21;

5.4 - Para eventual aquisição de forma parcelada será firmado instrumento contratual entre o órgão responsável e a empresa detentora da Ata, o qual estará devidamente



acompanhado do cronograma de entrega dos itens bem como conterà as demais condições de execução.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

6.1 - A DETENTORA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, o material que vier a ser recusado pelo órgão responsável, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto da ATA e da decorrente contratação.

6.2 – Os locais e demais condições para entrega dos materiais estão definidos no termo de referência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO**

7.1 - Os valores para pagamento das futuras aquisições onerarão os recursos orçamentários e financeiros que se fizerem oportunos durante a vigência da presente ATA.

7.1.1 - Serão indicados em cada contrato ou documento equivalente quais recursos orçamentários serão onerados pela despesa correspondente.

7.2 – O pagamento das futuras aquisições será efetivado até 30 (trinta) dias contado do adimplemento das obrigações previstas no edital e termo de referência, após devidamente atestada pela unidade gestora, bem como instruída com os documentos exigidos pelo ato convocatório.

7.2.1 – O pagamento será efetivado pela Tesouraria do órgão responsável através de depósito em conta bancária da DETENTORA.

7.2.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, bem como a falta do cumprimento de alguma das obrigações previstas no item 7.2, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização.

7.2.3 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

#### **CLÁUSULA OITAVA - REVISÃO E CANCELAMENTO**

8.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 3 (três) meses, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, se houver outros fornecedores para o respectivo item.

§ 3º No caso da impossibilidade de redução de preços para equiparação aos valores de mercado, caberá ao órgão gerenciador produzir ato administrativo suspendendo a eficácia do registro de preços. Tal ato poderá suspender os efeitos parciais ou totais da respectiva ata.

8.4 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – se constatado o desequilíbrio, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º A extinção do registro de preços relativamente a um fornecedor, mesmo sendo aquele detentor da ata de registro de preços, não afeta a ata como um todo, prevalecendo os registros aos demais fornecedores.

8.6 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**





9.1 - Fornecer o objeto desta ATA nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

9.2 - Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

9.3 - Manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

9.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortúnica do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução desta Ata, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da DETENTORA, com referência a estes encargos, não transfere ao órgão responsável a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9.5 – Aceitar os acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços ao estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 – Demais obrigações da DETENTORA estão definidas no termo de referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

10.1 - gerenciar a ata de registro de preços, acompanhando o consumo dos itens registrados, controlando o saldo de cada órgão participante.

10.2 - indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços.

10.3 - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

10.4 - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.5 - receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente.

10.6 - decidir pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, bem como realizar os procedimentos necessários a comprovação da vantajosidade.

10.7 - acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento.

10.8 – Nomear servidor responsável para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, nos termos da cláusula décima quarta desta ATA.





## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ÓRGÃO PARTICIPANTE**

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora da ata, de acordo com cláusulas desta Ata de registro de preço, eventuais cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta.

11.2 - formalização dos contratos administrativos específicos, no caso de órgão participante não pertencente a Administração Municipal.

11.3 – Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4 - Notificar a detentora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.5 - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.6 - informar ao órgão gerenciador quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas na ata de registro de preços, bem como sobre as penalidades aplicadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES**

12.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

12.1.1 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12.2 – Caberá ao órgão gerenciador da ATA a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.3 - Caberá ao órgão participante exercer sua competência própria no tocante à fiscalização do contrato, tendo competência para impor sanções por inexecução contratual e demais atos relacionados ao cumprimento das cláusulas contratuais. Eventuais sanções impostas pelo órgão participante deverão ser formalmente informadas ao órgão gerenciador.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS**

13.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta ATA e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

13.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições da presente ATA, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar estas cláusulas



e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO**

14.1 – Pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, fica designado o servidor **JAILSON JOACI DOS SANTOS**, de Matrícula 919.291 da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, como gestor da ATA e a servidora **ROSEMEIRE ALVES VIANA**, de Matrícula 911.795 da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, como fiscal do ATA, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, para fins do disposto no Decreto Municipal.

14.2 – Pelo Instituto de Previdência do Município, fica designado o **Sr. Fernando Augusto Matsumoto**, no cargo de Diretor Financeiro do Instituto de Previdência do Município de Ubatuba, como gestor da ATA e a servidora **Sra. Marcia Conceição Fernandes Famadas Rolim**, no cargo de Diretor Administrativo do do Instituto de Previdência do Município de Ubatuba, como fiscal da ATA, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, para fins do disposto no Decreto Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

15.2 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, bem como em contrato, quando couber.

15.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração nas condições da presente ATA, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Prefeitura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda da presente Ata de Registro de Preços e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

Ubatuba,



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA

**UBATUBA**



---

**ALEXANDRE NAPOLI**  
Secretário Municipal de Segurança  
Pública e Defesa Social

---

**ANNIBAL JOSÉ BASTOS PEREIRA**  
Secretário Adjunto de Segurança  
Pública e Defesa Social

---

**SIRLEIDE DA SILVA**  
Presidente do Instituto de Previdência  
Municipal de Ubatuba

**EMPRESA**  
Representante





**ANEXO XIV - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO 96/2024**

**EDITAL Nº 168/2024**

**PROCESSO Nº 5.411/2024**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA E A  
EMPRESA .....  
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO  
DE UNIFORMES PARA ATENDER A DIRETORIA DE DEFESA CIVIL  
E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e um, na Sede da Prefeitura, situada na Rua Dona Maria Alves, nº 865, Centro, Ubatuba/SP, presentes, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.482.857/0001-96, neste ato representado pelo **Sr. ALEXANDRE NAPOLI**, Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, pelo **Sr. Annibal José Bastos Pereira**, Secretário Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social e pela **Sra. SIRLEIDE DA SILVA**, Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba, ora em diante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., com sede na ....., nº ....., bairro ....., município de ...../SP, representada por ....., portador do RG ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, na qualidade de detentora da Ata de Registro de Preços oriunda do **Pregão Eletrônico nº 96/2024 processo administrativo nº 5411/2024** cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; da Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; do Decreto 8391/2024; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a **Contratação de Empresa para confecção de uniformes para atender a Diretoria de Defesa Civil e Instituto de Previdência Municipal**, conforme cronograma de entregas.

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
X	XX	XX	XXXXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
				TOTAL:	XXXX





1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

- 1.2.1. – O Termo de Referência;
- 1.2.2. – O Edital da Licitação;
- 1.2.3. - A proposta do contratado;
- 1.2.4. - Eventuais anexos dos documentos supracitados;

1.3 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a ata de **REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX**, e o cronograma de entrega dos materiais.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

*Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.**

#### **5.1. PREÇO**

- 5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

- 5.2.1. Nos termos do artigo 40 da lei 14.133/2021, inciso I, a aquisição e pagamento serão semelhantes aos praticados no setor privado.
- 5.2.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente.
- 5.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

- 5.3.1. O pagamento será efetuado na ordem cronológica de pagamentos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias.
- 5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.





#### 5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 (trinta dias) dias úteis da data de apresentação da nota fiscal, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pela Contratante, observando-se ainda que o pagamento será efetuado na conta corrente da Contratada através de Ordem Bancária.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da





regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.8.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa





e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou





para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente





aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO** (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da





Lei);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

(1) Multa de multa de até 5% (cinco por cento), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

(2) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

(3) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

(4) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

a) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

b) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

f) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

g) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de





direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

h) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

i) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

a) O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

b) Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

c) Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

d) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

e) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

SECRETARIA/AUTARQUIA	FICHA	DOTAÇÃO
Segurança	103	02.02.06.182.0008.2.010.339030.01.1100000
IPMU	191	04.01.04.122.0005.2.010.339039.01.1100000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO.

14.1 – Pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, fica designado o servidor **JAILSON JOACI DOS SANTOS**, de Matrícula 919.291 da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, como gestor da ATA e a servidora **ROSEMEIRE ALVES VIANA**, de Matrícula 911.795 da Secretaria de Segurança





Pública e Defesa Social, como fiscal do ATA, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, para fins do disposto no Decreto Municipal.

14.2 – Pelo Instituto de Previdência do Município, fica designado o **Sr. Fernando Augusto Matsumoto**, no cargo de Diretor Financeiro do Instituto de Previdência do Município de Ubatuba, como gestor da ATA e a servidora **Sra. Marcia Conceição Fernandes Famadas Rolim**, no cargo de Diretor Administrativo do do Instituto de Previdência do Município de Ubatuba, como fiscal da ATA, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, para fins do disposto no Decreto Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

a) Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- a) Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- c) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- d) Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO.**

a) Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

a) É eleito o Foro do Município de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Ubatuba, xx/xx/xxxx





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA

**UBATUBA**



---

**ALEXANDRE NAPOLI**  
Secretário Municipal de Segurança  
Pública e Defesa Social

---

**ANNIBAL JOSÉ BASTOS PEREIRA**  
Secretário Adjunto de Segurança  
Pública e Defesa Social

---

**SIRLEIDE DA SILVA**  
Presidente do Instituto de Previdência  
Municipal de Ubatuba

---

**EMPRESA**  
Representante

**TESTEMUNHA**

---

**Nome (1)**  
**RG:**

---

**Nome (2)**  
**RG:**



**ANEXO XV - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)****(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA**  
**CONTRATADO:****CONTRATO Nº (DE ORIGEM): PE 96/2024****OBJETO: Contratação de Empresa para confecção de uniformes para atender a Diretoria de Defesa Civil e Instituto de Previdência Municipal.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** Ubatuba,**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:****Nome:** FLAVIA COMITTE DO NASCIMENTO**Cargo:** PREFEITA MUNICIPAL**CPF:** 264.858.918-03**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:****Pelo CONTRATANTE:**



**Atribuições: RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE E GESTOR DO CONTRATO:**

Nome: ALEXANDRE NAPOLI

Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

CPF: 141.596.208-17

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

**Atribuições: RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE E GESTOR DO CONTRATO:**

Nome: ANNIBAL JOSÉ BASTOS PEREIRA

Cargo: SECRETÁRIO ADJUNTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CPF: 312.413.512 - 21

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pelo CONTRATANTE:**

**Atribuições: RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE E GESTOR DO CONTRATO:**

Nome: SIRLEIDE DA SILVA

Cargo: PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA

CPF: xxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA

# UBATUBA



## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

